

SENADO MUDA REGRA DE ROLAGEM

Estados poderão renegociar 100% do total do débito principal e dos juros

JORNAL DA TARDE

Em protesto contra a política de juros altos do Banco Central, o Senado mudou ontem o esquema de rolagem das dívidas dos Estados e municípios. A partir de agora, os prefeitos e governadores poderão rolar 100% de suas dívidas, tanto o principal quanto os juros. Até ontem, a regra era rolar 98% e pagar 2%.

A decisão foi tomada quando os senadores votaram um pedido do governo da Bahia para que fosse autorizada a rolagem de 100% de sua dívida mobiliária de R\$ 530 milhões, que vence de janeiro a junho de 1996. "A política de juros altos está inviabilizando as finanças dos Estados", afirmou o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA). Para ele, o Senado não pode ver apenas as dificuldades da União, mas também defender os Estados contra "uma política que está triplicando o volume das dívidas mobiliárias".

Barbalho foi apoiado pelo líder do PPR, senador Epitácio Cafeteira (MA), que acusou o governo de pagar pelos empréstimos externos taxas de juros de 6% e de cobrar dos Estados taxas "estratosféricas". O senador Carlos Bezerra, relator da Comissão Especial que estuda a dívida contratual dos Estados com a União, disse que o governo vem dando aos bancos privados "um tratamento de príncipe", o que não acontece com os Estados.

Os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste chegaram a uma proposta comum para as negociações das dívidas de seus Estados com a União, que foi encampada pelo senador Carlos Bezerra. Os governadores acham o programa de empréstimos insatisfatório e propuseram que o prazo mínimo de pagamento seja de 72 meses, com carência de 12 meses, para todas as linhas de crédito. O

prazo máximo proposto para a Fazenda é de 36 meses. Eles querem também que os empréstimos tenham seu valor elevado e que as operações de Adiantamento de Receita Orçamentária (ARO), feitas em bancos privados, sejam totalmente absorvidas pelas instituições financeiras federais e que a taxa de juros dos empréstimos seja a variação da TR mais 0,5%.

Bezerra tem uma audiência amanhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso porque a discussão na esfera técnica chegou a um impasse. Caso não haja entendimento, ele ameaça apresentar seu relatório propondo a redução de 11% para 7% do limite de comprometimento das receitas estaduais para o pagamento das dívidas com a União. A Fazenda, por sua vez, defende que, caso isso ocorra, o programa de empréstimos poderá ser revisto ou mesmo suspenso.